

Sociedade Global e Movimentos Sociais em Rede: Expansão da Democracia?

JOSÉ ALBERTO ANTUNES DE MIRANDA

Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais pela UFRGS

Email: jose.miranda@unilasalle.edu.br

MOISÉS NOÉ DE FRAGA

Mestrando em Direito pela Unilasalle/Canoas-RS

Email: moisesfraga@hotmail.com

Resumo: Os movimentos sociais, no seio de uma sociedade globalizada, buscam promover suas necessidades e prioridades, utilizando-se de mecanismos contemporâneos para difundir suas premissas democráticas. O objetivo deste artigo é examinar as reivindicações dos movimentos sociais em rede a partir da consolidação da globalização no final do século XX e início do século XXI, diante do contexto de um mundo cada vez mais interconectado e democrático, mas fragmentado. O estudo demonstrou que os movimentos sociais se manifestam em redes sociais, multiplicando seu campo de atuação. Os mesmos também contribuem para uma democracia mais abrangente e que se utiliza das manifestações em rede na luta por questionamentos locais, regionais ou mundiais. Conclui-se que as redes de movimentos sociais adquiriram mais proeminência, mas há dúvidas e questionamentos quanto aos reflexos e a importância da atuação desses movimentos na promoção e expansão da democracia. A influência da globalização nos movimentos sociais condensou a realidade atual por meio de uma nova plataforma de expansão de atividades denominada hoje de internet, concomitantemente com as investidas de ordem física e humana como passeatas e ocupações.

Palavras-chave: Democracia. Globalização. Movimentos Sociais.



Sociedade Global e Movimentos Sociais em Rede: Expansão da Democracia?

JOSÉ ALBERTO ANTUNES DE MIRANDA
MOISÉS NOÉ DE FRAGA

1. INTRODUÇÃO

A globalização tem sido elencada como a responsável pelas grandes evoluções e revoluções do mundo moderno, embora tenha concepções já pretéritas de grande importância, necessárias à sua análise no contexto atual ou de surgimento de novos atores sociais.

Buscar elementos que possam embasar o surgimento da globalização e os movimentos sociais é tarefa difícil, mas existem inúmeras interpretações e referências quanto a exemplos norteadores que podem delinear tais assertivas. Diante de um cotidiano maleável e de uma sociedade totalmente conectada, podemos descrever a importância desta concepção de coletivo organizado.

Os movimentos sociais em âmbito global denotam uma busca por melhorias sociais, sejam elas no campo social ou na implementação de elementos jurídicos fundamentais. É uma luta constante, frente às intempéries do cotidiano e à velocidade da informação.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo examinar as reivindicações dos movimentos sociais em rede, a partir da consolidação da globalização no final do século XX e no início do século XXI, diante do contexto de um mundo cada vez mais interconectado e democrático, mas fragmentado.

Nesse fluxo de mobilidade em rede, os movimentos sociais se alicerçam para buscar mais amplitude em sua temática proposta, visando explicitar necessidades e propagar lutas, embates,

questionamentos, busca por melhorias sociais, culturais, políticas, dentre tantas outras.

A dicotomia da globalização reflete a dinâmica de atores e ações em uma escala mundial. A principal visão sobre globalização está fortemente centrada na visão econômica de capitais e ampliação dos mercados. Entretanto, tendo uma visão mais volátil e móvel, podemos afirmar hoje que vivemos em um ambiente em constante processo de globalização nas relações sociais (VIEIRA, 1997; ARNAUD, 2005; BAUMANN, 1999).

Para Boaventura dos Santos, a globalização é um fenômeno de diferentes aspectos e com divisões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e também jurídicas conectadas por uma estrutura complexa. Haveria uma eliminação das fronteiras tradicionais no âmbito nacional, particularizando a diversidade local, étnica, regredindo ao comunitarismo¹ (SANTOS, 2011).

Já para HELD e MCGREW, a globalização nasceu da mente de intelectuais entre o século XIX e início do século XX, os quais interpretavam a modernidade como algo pertencente ao mundo. Entretanto, na década de 60, a expressão “globalização” começou a ser utilizada como um resultado de muitos reflexos mundiais, os quais tinham consequências locais de forma rápida, justificando a denominação da globalização como mecanismo de transformação das inter-relações (HELD, MCGREW, 2001).

Nada pode escapar da influência da globalização, não havendo como mensurar as suas consequências, sejam elas permanentes ou temporárias (JULIOS-CAMPUZANO, 2008). Bauman (1999, p. 9)

1 Em sua obra *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*, Boaventura dos Santos apresenta a Globalização como conjuntos diferenciados de relações sociais, pois, segundo o autor, os diferentes conjuntos de relações sociais dão origem a diferentes fenômenos de globalização. A definição de globalização para Boaventura é um processo que determina a condição ou a entidade local que estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designer como local, outra condição social ou entidade rival.

afirma que o significado mais intrínseco da expressão globalização seria o seu viés “indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão dos assuntos mundiais”, tudo sem um responsável ou comandante.

Interpretar a globalização é fator complexo, conforme assinala Julios-Campuzano (2008). O autor elenca expressão similar a Vieira (1997) no que se refere a uma sociedade global, descrevendo também uma teoria de hegemonia compartilhada, quando uma sobreposição social restaria horizontalmente compartilhada com as demais. Uma revolução de formas produtivas, através do desenvolvimento do capitalismo, demonstra as diferenças das interpretações dadas à globalização.

Sob o olhar marxista, a globalização seria uma forma de expansão do capitalismo, através do modo de produção e um processo civilizatório (IANNI, 1999). No século XIX, houve a construção das principais matrizes teóricas que traziam análises sobre os movimentos sociais, utilizando-se de aspectos históricos para sua compreensão. A base analítica citada por Marx teve o perfil do proletariado como um idêntico movimento social concreto, permeado pela luta sindical do movimento operário (GOHN, 2014).

Entretanto, na década de 1970, sofreu sua importância pormenorizada, pois a maioria dos autores contemporâneos entendem que a complexidade dos conflitos atuais, envolvendo raça, gênero, classes e etnias, não perfaz uma leitura objetiva como base conceitual de uma classe trabalhadora e proletária, contemplando fatores adversos e desvinculados a uma visão Marxista.

A sociedade civil organizada demonstra ser a alternativa necessária ao engajamento social de todos, interpretada por alguns como “sociedade global” ou “sociedade globalizada” (JULIOS-CAMPUZANO, 2008; VIEIRA, 1997; ARNAUD, 2007). Se faz necessário o entendimento de que todos pertencemos a um conglomerado de ideias, de pensamentos, de objetivos,

independentemente das dimensões que tais assertivas globalizadas venham a influenciar.

De acordo com Bringel e Echart, o que se verifica é um limitador das possibilidades de interpretação das relações entre os movimentos sociais e a democracia. O ponto inicial para avaliar a democracia seria a sociologia, seguindo para a história e, por fim, a ciência política. Porém, diante da complexidade das sociedades atuais, as ferramentas não são suficientes para analisar o mapa atual das ações coletivas (BRINGEL; ECHART, 2008).

Há uma dimensão global dos movimentos sociais que não se pode olvidar e sua integral relação com a democracia, observados os impactos da globalização, os quais se tornam item fundamental para elucidação. Desse modo, há uma intenção de atuação dos movimentos sociais no campo internacional, cujas relações internacionais decorrem da democratização destas relações. Elas podem sofrer mudanças quando ocorrem união em movimentos e redes transnacionais, junto à “estrutura clássica” (BRINGEL; ECHART, 2008).

Nesse sentido, observamos a importância de se compreenderem os movimentos sociais no âmbito global e sua influência, no sentido de fortalecimento da democracia em um mundo globalizado.

2. A SOCIEDADE GLOBAL E OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM REDE

Os movimentos sociais são considerados atores internacionais não estatais, que emergem neste novo século como novos movimentos sociopolíticos e culturais. A sociedade internacional que se formou a partir da década de 90 e o modelo de associativismo que vem se intensificando e tomando espaço desde a década de 2000 estão caracterizados pelas tendência dos movimentos sociais de se organizarem e se articularem em redes (GOHN, 2013, p.11).

A sociedade internacional é formada por vários atores internacionais, que protagonizam o atual cenário por meio de sua atuação em ações sociais coletivas na busca de atingir os mais variados objetivos. Como exemplo de atores estão as associações civis, as organizações não governamentais e os movimentos sociais. Nesse sentido, os movimentos sociais se manifestam no domínio internacional, através de ações coletivas realizadas na luta da garantia de direitos, defesa da cidadania, proteção social e participação política.

Hoje, os movimentos sociais virtuais em rede estão altamente acelerados e globalmente dispersos. Essas comunidades virtuais, facilitadas pelas redes virtuais, são milhares espalhadas pelo mundo. A questão a se identificar é se esses grupos revitalizam as instituições civis por meio da comunicação ou se apenas criam a ilusão de ação sem um impacto real.

A internet e sua arquitetura promoveram a expansão da comunicação por meio de acessos facilitados de baixo custo dispersa pelo globo, o que permitiu a circulação e o acesso a uma quantidade muito grande de informações. Espaços descentralizados pelas redes de comunicação são facilmente criados, construídos e espalhados para espaços públicos desterritorializados, como os salões cibernéticos, os cafés e outras salas de encontros no ciberespaço, onde pessoas e informação se interconectam em comunidades virtuais (WELLMAN, 1999, 2003).

As comunidades que estão organizadas no ciberespaço são tão reais para os participantes quanto as relações face a face. Nesses espaços, as pessoas podem ganhar ou fornecer informações, bem como debater e negociar interpretações da realidade e críticas aos seus ambientes sociais. Essas interações promovem e reconhecem novas formas de identidade, cujas expressões performativas incluem organizar ações e usar a Rede para coordenar com outros grupos.

O ciberespaço tem sido facilmente adaptado e abraçado como um aspecto essencial das lutas de resistência, começando com fóruns de notícias, sites interativos e blogs pessoais.

A Tunísia e a Islândia, em 2009 e 2011, foram os países que deram destaque aos movimentos sociais em rede no mundo². No caso da Tunísia, a população não se sentiu vitoriosa com apenas a troca de comando e a saída do ditador Ben Ali do governo, mas também buscou liberdade política, de imprensa, além da busca por eleições democráticas, através de uma nova legislação eleitoral. A população buscou, ainda, o afastamento de políticos corruptos, especuladores financeiros, policiais violentos e uma mídia tendenciosa (CASTELLS, 2013).³

As redes sociais foram bem utilizadas como mecanismo de divulgação pelos grupos e movimentos sociais, demonstrando organização e alicerce para novas demandas. O estopim da revolta iniciada pela internet na Tunísia, embora não tenha trazido um futuro positivo sobre os caminhos do país, demonstrou a força da população, que serviu como exemplo para outras regiões semelhantes.

Castells trata a Revolução das Panelas na Islândia como sendo também um marco importante para uma visão de mundo, através

2 Na Cidade de Sidi Bouzid, na Tunísia, Mohamed Bouazizi, o vendedor ambulante de 26 anos ficou gravado na história daquele país, mudando o destino do mundo árabe. No dia 17 de dezembro de 2010, às 11h30min, diante do prédio do governo, sua autoimolação por fogo culminou no seu último grito de protesto contra a humilhação, oriundo das multas e confiscos de sua banca de frutas e verduras, após recusa de pagar propina. Tal registro do protesto foi veiculado pela internet, o que motivou outras demonstrações espontâneas por todo o país (CASTELLS, 2013).

3 Tais conflitos serviram de elemento inicial para o debate político e democrático, através de uma nova problemática, que explicita não apenas uma luta em apreço, mas sim os pedidos subjacentes à demanda principal. A divulgação de vídeos de protestos e da violência policial pela internet ramificou-se por todo o país. todo o país via Facebook, Youtube e Twitter. A divulgação tornou-se um híbrido de espaço urbano e físico, incentivando movimentos em outros países. A luta não foi apenas virtual, mas no campo prático de mobilizações de acampamento, gritos em várias línguas (CASTELLS, 2013).

das redes e seus movimentos. Em 2007, a renda média na Islândia era a quinta mais alta do mundo. Os islandeses ganhavam 160% mais que os americanos. A economia básica era oriunda da indústria pesqueira, responsável por 12% do PIB e 40% das exportações. A questão econômica foi o principal estopim para o início das discussões populares, pois afetava diretamente grande parte da sociedade que, de forma organizada, buscou contrapor a proposta econômica, maximizada também pelo efeito da globalização (CASTELLS, 2013).

No dia 11 de outubro de 2008, o cantor Hordur Torfason sentou-se com sua guitarra em frente ao prédio do Althing (o Parlamento Islandês), em Reykjavik e, em música, expressou sua contrariedade aos banqueiros e políticos. Poucas pessoas o acompanharam, mas alguém registrou a cena e a divulgou na internet. Em apenas alguns dias, centenas e depois milhares de pessoas apresentaram seu protesto na histórica praça Austurvollur. Foi de extrema importância a internet, pois a grande maioria dos islandeses está conectada à rede mundial de computadores (CASTELLS, 2013).

Em 20 de janeiro de 2009, na data em que o Parlamento voltava ao trabalho após um mês de férias, milhares de pessoas de todas as idades reuniram-se em frente ao prédio para culpar o governo por administrar equivocadamente a economia. Foram utilizados tambores, panelas e frigideiras como instrumentos de percussão, ganhando o apelido de “Revolução das Panelas” ou “Revolução das Panelas e Frigideiras”. Exigiam a renúncia do governo e a realização de novas eleições (CASTELLS, 2013).

A Tunísia e a Islândia, trazidas na análise de Castells, são exemplos iniciais de movimentos sociais em rede que se espalharam de forma surpreendente por diversos países do mundo árabe como Argélia, Líbano, Jordânia, Mauritânia, Sudão Omã, Iêmen, Bahrein, Líbia, Kuwait, Marrocos, Saara Ocidental, Arábia Saudita, Síria dentre outros.

Castells salienta que esses movimentos sociais se originaram de uma crise nas condições de vida, tornando insustentável a existência cotidiana para a maioria das pessoas. O descrédito e a insatisfação coletiva demonstram a necessidade de uma ampliação de ação, não desvinculando as ocupações e manifestações (CASTELLS, 2013).

É importante identificar que esses movimentos sociais que se expandiram pela Internet não promoveram a desmobilização na ocupação de espaços urbanos. O debate sobre os movimentos sociais em rede permeou e se expandiu através da veiculação de mídias nas redes sociais e na internet, possibilitando a sua abrangência.

Diante da ineficácia da sociedade, através de suas administrações estruturais, se fazia necessária a busca por alternativas. A internet foi um desses caminhos que os movimentos sociais buscaram para explicitar e expandir suas prerrogativas de lutas e necessidades desde o local até a escala mundial. Esses movimentos contribuíram para o estabelecimento de agendas de políticas públicas.

O fenômeno da participação cidadã e dos movimentos sociais em escala global será facilitado e potencializado por um conjunto de transformações que vão redefinir a geometria da ordem mundial, estruturados em torno dos eixos do conflito Leste-Oeste e da oposição norte-sul. Globalização econômica e mundialização de problemas, redução do poder dos Estados nacionais e redefinição das estratégias de desenvolvimento social são fenômenos que, na sua interpenetração, explicam a configuração, sobretudo após 1989, de um ambiente internacional que dava mais protagonismo ao cidadãos⁴ (OLIVEIRA, 1999).

4 O protagonismo no plano internacional dos cidadãos e dos movimentos sociais e de sua organização foi tributário de dois fenômenos: o extraordinário crescimento e diversidade da participação cidadã nos planos local e nacional, combinado com o reconhecimento de que a grande maioria dos problemas que afeta a humanidade neste fim de século não só transcende as barreiras e competências dos

A mundialização dos problemas não se manifesta somente pelo lado negativo quando se destaca a exclusão de parte da sociedade global. As últimas três décadas são marcadas pela emergência de uma opinião pública internacional, portadora de uma consciência planetária, cada vez mais interdependente e de fenômenos transnacionais que requerem uma abordagem planetária.

É importante lembrar que, desde a década de 1940, as ciências sociais assimilaram a interpretação e a utilização dada à noção de Rede como polissêmica. Diferentes áreas do conhecimento vêm se apropriando do termo para designar uma forma de organização, relação ou prática social. Na geografia, aparece referindo-se às redes técnicas e redes de produção; na administração, para exprimir as redes empresariais; e, na economia, para especificar as redes de consumo. A antropologia utiliza o conceito para falar de redes de vizinhança, parentesco; e a sociologia usa a ideia de redes como articulação política, ideológica e simbólica. Transitando por diferentes campos, as abordagens sobre as redes se tornam cada vez mais multidisciplinares (SILVA, GOMIDE, WANDELY, PAZ E DINIZ, 2012).

A noção de rede vem sendo muito utilizada pelos movimentos sociais como conceito propositivo para referir-se a uma estratégia de ação coletiva, baseada numa cultura solidarista, cooperativa, horizontalizada e mais democrática, para uma nova forma de organização da sociedade.

Segundo Scherer-Warren, as articulações em rede têm propiciado a formação de outro tipo de ativismo, diferente da militância “revolucionária” das décadas anteriores, que se fundamenta nos valores da democracia, da solidariedade e da cooperação e vem protagonizando ações para os excluídos,

estados nacionais, como não pode ser resolvida apenas por ações de governo ou mecanismos de mercado (OLIVEIRA, 1999).

discriminados, carentes e dominados (SCHERER-WARREN, 2006, p. 120).

Os movimentos sociais em rede, pressupõem a conformação de relações mais horizontalizadas. Entretanto, as redes, como qualquer relação social, estão permeadas por relações de conflito, de poder, mas também por solidariedade, reciprocidade e compartilhamento. Assim, o que interessa é como se processa o equilíbrio entre as diferentes tendências, como se regulam as tensões, como interagem solidariedade e conflito, como superar a fragmentação dos movimentos sociais e como desenvolver práticas que levem à equação das diferenças.

Os movimentos sociais, são, portanto, atores coletivos, “que compreendem a si mesmos de terem interesses comuns e pelo menos alguma parte significativa de sua existência social”. Importa salientar que, apesar de serem coletividades, os movimentos sociais distinguem-se dos demais atores coletivos, especialmente aqueles ligados à mobilização em massa, detentores de influência e poder (SCOTT, 1990, p.6).

Os movimentos sociais em rede não têm objeção ao princípio da democracia representativa, mas denunciam a prática dessa democracia tal como se dá hoje e não reconhecem sua legitimidade. Para o autor, a batalha pela mudança social é decidida na mente das pessoas e, nesse sentido, os movimentos sociais em rede têm feito grande progresso no plano internacional (CASTELLS, 2013).

Peter Mair salienta que a crise de representação se agrava com a oligarquização dos partidos, dominados por grupos políticos que se perpetuam no poder e usam a estrutura da sigla não para canalizar demandas e valores das pessoas que pretendem representar, mas como trampolim para outros cargos e posições. O autor ainda salienta que a era da democracia de partidos teria passado e que, embora ainda permaneçam, se tornaram tão desconectados da

sociedade mais ampla que parecem ser mais capazes de sustentara democracia na sua forma

parecem ser mais capazes de sustentar a democracia na sua forma presente. E, por isso, estaria acontecendo o esvaziamento da democracia representativa (MAIR, 2007).

O grande legado dos movimentos sociais em rede é a mudança cultural que a ação provocou na sociedade, assim como a busca pela democracia, através de uma nova forma de democracia. Verifica-se que estamos diante de cenários diversos, onde a participação popular organizada postula primazias mínimas necessárias, invocando indagações e melhorias sociais, muitas vezes limitadas por interesses políticos, enfraquecendo o teor democrático necessário. Os movimentos sociais não se restringem ao ambiente físico, mas também buscam, através de novos mecanismos e de uma nova plataforma de atuação, sempre debater sobre direitos coletivos e fatores que venham ao encontro da democracia.

3. OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA REGIÃO LATINO-AMERICANA

No espaço latino-americano, os movimentos sociais em rede tiveram o mesmo impacto dos presenciados em outras partes do mundo com suas especificidades. Allan Touraine salienta que a primeira década deste século trouxe, de forma bastante contraditória, o retorno do ator social nas ações coletivas que se propagaram na maioria dos países da América Latina.

Em alguns países latino-americanos, houve a retomada do processo democrático e o ressurgimento de lutas sociais tidas décadasatrás como tradicionais, a exemplo de movimentos étnicos – especialmente dos indígenas na Bolívia e no Equador, associados ou não a movimentos nacionalistas como o dos bolivarianos, na Venezuela. Algumas se fundamentam em ideias como o *bienvivir*

dos povos andinos da Bolívia e do Equador e vem transformando-se em propostas de gestão do Estado – um Estado considerado plurinacional, porque é composto por povos de diferentes etnias, que ultrapassam os territórios e fronteiras do Estado-nação propriamente dito (TOURAINÉ, 1984).

Os movimentos sociais na região foram um reflexo positivo pela busca do benefício do coletivo. As lutas locais se tornam searas internacionais e globais, facilitadas pelas redes de comunicação como celulares e internet.⁵ Na América Latina, por exemplo, as mobilizações na Argentina em 2001 e 2002, cuja política nacional de Kirchner obteve articulação popular, obteve muita força. De igual sorte, também a política nacionalista de Evo Morales, em que os recursos naturais como o gás foram conquistas das mobilizações populares de vários movimentos sociais de 2005 e 2006. Da mesma forma, as mobilizações populares da Venezuela deveram a Hugo Chavez manutenção da política externa (VANDEN, 2009).

A luta emancipatória na América Latina possui sua origem na resistência e reivindicações, que se originam nas origens dos sistemas sociais, apontando para profundas desigualdades sociais históricas e atuando com práticas discriminatórias em relação a uma grande parcela da população. Inicialmente, as discussões populares no período colonial culminaram pela negação e o conseqüente afastamento dos movimentos, sejam messiânicos, separatistas, quilombolas e indígenas.

No início do século XX, ocorreram as primeiras ações coletivas de caráter reivindicatório, quando a luta era por direitos sociais disponíveis pelo Estado, antes mesmo de uma estrutura de direitos

5 Um exemplo é o MST como movimento social. É considerado o maior e mais amplo movimento da América Latina, possuindo mais de 1 milhão de associados, tendo alta capacidade de mobilização, incluindo organização interna. Possui ainda a consciência de que a sua luta está delineando as conjunturas internacionais (VANDEN, 2009). OU Possui ainda a consciência de que a sua luta está delineada pelas conjunturas internacionais (VANDEN, 2009).

políticos e civis da população. Em meados do mesmo século, os debates foram se politizando e alcançaram ações coletivas organizadas, culminando na década de 70 e 80 na formação dos “novos movimentos sociais” (SCHERER, 2008).

Durante a segunda metade do século XX, dois tipos de manifestações de resistência se destacavam: manifestações clandestinas e as manifestações cívicas públicas contra o poder autoritário e a perda de direitos. Tais movimentos lutavam pela estruturação de novos direitos civis, nos seus inúmeros segmentos.⁶

Com o tempo, as sociedades organizadas, agrupadas com os movimentos sociais enalteciam a valorização pela participação institucional através de situações de discussões públicas e o exercício de um maior controle social da cidadania. Havia movimentos que buscavam atribuir mais força às ações, através de ocupação de terras, bloqueio de estradas, operando com uma concepção ativa para um novo “projeto de nação” (SCHERER, 2008).

Através das transformações das representações simbólicas de carências de determinados grupos, fomentando pautas reivindicatórias na busca por melhorias sociais, verifica-se o surgimento de uma ação coletiva social. O aspecto salutar da luta por uma formatação de demandas e pautas políticas enseja a criação de articulações, através da formação de redes de movimento.⁷

6 Com o tempo, as sociedades organizadas, agrupadas com os movimentos sociais, enalteciam a valorização pela participação institucional através de situações de discussões públicas e o exercício de um maior controle social da cidadania. Havia movimentos que buscavam atribuir mais força às ações, através de ocupação de terras, bloqueio de estradas, operando com uma concepção ativa para um novo “projeto de nação” (SCHERER, 2008).

7 Podemos citar como movimentos sociais de maior expressão na América Latina os sem-terra ou campesinos, sem-teto, indígenas, quilombolas, negros, piqueteiros, desempregados, etc. Tal expansão se deve aos meios de comunicação ou eventos públicos, dentre os quais podemos destacar o Fórum Social Mundial de 2004, quando foi criado o seu próprio espaço político global na América (SCHERER, 2008).

Para Wolkmer, os novos movimentos sociais possuem essencial relevância como sujeitos históricos com a legitimidade para a produção legal não estatal, sendo eles quaisquer sujeitos coletivos, mesmo que pouco estruturados, mas que buscam reivindicação ou expressão. Possuem a capacidade de transformar, pois são decorrentes de blocos sociais oriundos das décadas de 70, 80 e 90, incrementando a construção de um novo paradigma cultural político (WOLKMER, 2015).

Se formos observar ao longo da história latino-americana, há uma gama muito grande de movimentos que pode demonstrar a fragilidade de suas lutas, devido a sua divisão. Entretanto, há um crescimento no plano da sua estruturação e fortalecimento por órgãos externos, transformando o indivíduo em sujeito como parte da luta.

No nível organizativo, houve condução para uma relação hierárquica, sempre obedecendo ao surgimento de novos movimentos por um novo elemento de luta, tendo uma observação em redes horizontais. Assim, por meio do pluralismo das tradições organizativas, com nexos diversos, gerou-se o reconhecimento mútuo de diferenças no interior da rede.

Muitos movimentos sociais no contexto latino-americano apresentam “embates” no campo ideológico (nem sempre homogêneo), sendo que as redes trabalham na busca pelo seu caminho e efetivando a sua história. Desta feita, a horizontalidade organizacional dos movimentos sociais é fomentada pela ocorrência de elos internos que agem a partir de representações políticas organizadas hierarquicamente. Quanto ao nível das narrativas e o doutrinário, verifica-se nas redes de movimentos sociais latino-americanas que tais níveis tendem a se articular nas práticas discursivas atuais, aproximando a memória da exclusão e da discriminação com o presente.

Na década de 90, os movimentos sociais na América Latina tiveram um papel muito importante em que governos se curvavam sob a égide da doutrina neoliberal, executando o Consenso de Washington⁸. Isso culminou no afastamento dos Presidentes Fernando Collor de Melo, no Brasil, e Carlos Andrés Pérez, na Venezuela, transformado em um novo ciclo de lutas populares (PETRY, 2008)⁹.

O ambiente democrático latino-americano daquele período promovia a eleição pelos cidadãos de suas autoridades, a influência na decisão daqueles que dirigem a política e a intenção de se fazerem valer as responsabilidades das autoridades, frente às decisões políticas e seus objetivos (QUITRAL, 2016).

De acordo com Schwartz, Almeida e Fleck, (2016) se analisarmos os movimentos sociais como os ocorridos em junho de 2013 no Brasil podemos considerá-lo como uma inovação e fazem parte de uma nova tendência mundial. No entanto, são uma unidade à parte e podem ser vistos como uma forma de comunicação seletiva tardia em relação aos Indignados, Occupy Wall Street e Primavera Árabe, entre outros. Eles pertencem a um sistema social global desdiferenciado (LUHMANN, 1997), baseado na distinção central - periférica. Como tal, a sua lógica é diferente da observada nos movimentos de 2011 e 2012 e comunica aos subsistemas jurídicos e políticos de uma forma a que merece uma melhor compreensão.

O último grande movimento social brasileiro exigiu o impeachment do primeiro presidente democraticamente eleito após

8 Conjugação de grandes medidas em Washington D.C., entre o FMI, Banco Mundial e Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, ocorrido em novembro de 1989, o que produziu profundas consequências sociais.

9 Também como exemplo podemos citar o orçamento participativo de Porto Alegre, implementado pelo Partido dos Trabalhadores desde 1989, como sendo um exemplo de participação do cidadão, através de um mecanismo organizado, o qual foi difundido pela América Latina e no mundo. Estando presente a inclusão, deliberação, equidade, efetividade e criatividade, estaria presente a democratização complexa de uma política de participação (FORD, 2014).

a ditadura militar: Fernando Collor de Mello. Geddes e Ribeiro Neto (1992, p.664) apontam para a corrupção como o fator motivador do movimento, que passou a ser conhecido como “caras pintadas” porque os protestantes estudantis pintaram seus rostos nas cores verde e amarela tendo a bandeira nacional como um símbolo do patriotismo. Mais especificamente, os autores identificaram duas formas de abuso de poder presidencial, vitais à sua renúncia em dezembro de 1992, a saber, a alocação de fundos públicos para obter apoio político e o uso do poder público para interesses privados. (SCHWARTZ, ALMEIDA, FLECK, 2016, p. 864)

Mais de vinte anos depois, os eventos de junho de 2013 poderiam ter ocorrido em 2005, no auge do escândalo do Mensalão (FALCÃO, 2013, p.29-42), deliberado em 2012 pelo Supremo Tribunal Federal. Proeminentes figuras políticas brasileiras foram condenadas, mas ainda não cumpriram suas sentenças, uma vez que o julgamento ainda está pendente sobre os recursos interpostos pelos réus. De acordo com Flynn (2005, p. 1232), o escândalo envolveu um pagamento mensal do governo governamental aos deputados do Congresso em troca de seus votos sobre a legislação governamental, uma característica idêntica àqueles identificados por Geddes e Ribeiro Neto (1992) Força por trás do impeachment exigido pelos “rostos pintados”.

O impeachment da presidente Dilma Rousseff ocorreu de forma complexa, ainda muito questionado por muitos especialistas no Brasil e exterior. Os movimentos sociais tiveram uma participação pontual, ainda que representassem apenas uma parte da sociedade principalmente no sentido de exigirem transparência e ética.

Nesse exato momento o Brasil vive grandes dificuldades, talvez uma das maiores já presenciadas em sua história política. Com um governo enfraquecido e de baixíssima legitimidade, o país se encontra paralisado e com uma perspectiva de futuro nebuloso. Os movimentos sociais precisariam exercer um papel chave no sentido de de-

nunciar constantemente tentativas de quebra da institucionalidade, segregação social, suporte a ética e reforma política. Poucas vozes são ouvidas nas ruas, um silêncio que gera ainda mais apreensão diante da grave situação política que o país passa.

Se analisarmos a democracia na América Latina ao longo desse período, se verificará que este regime político resultava do início do que parecia ser uma maturidade democrática. A busca por superação do período militar e do golpismo trouxe mudanças importantes: para muitos latino-americanos eram anos promissores ante o avanço do processo democrático na região.

Tabela 1 - Presidentes na América Latina de 1985 até 2012

País	Presidente	Mandato	Escândalo	Resultado
Argentina	Menem I	1989-1995	Não	Completo
	Menem II	1995-1999	Sim	Completo
	De laRúa	1999-2001	Não	Renunciou
	Puerta	2001-2001	Não	Completo
	Rodríguez Saa	2001-2001	Não	Renunciou
	Caamaño	2001-2001	Não	Completo
	Duhalde	2002-2003	Não	Completo
	Kirchner	2003-2007	Não	Completo
	Kirchner, C.	2007-2011	Não	Completo
	Paz Estenssoro	1985-1989	Não	Completo
Bolívia	Paz Zamora	1989-1993	Sim	Completo
	Sánchez de Lozada	1993-1997	Sim	Completo
	Bánzer	1997-2001	Não	Renunciou
	Quiroga	2001-2002	Não	Completo
	Sánchez de Lozada II	2002-2003	Não	Renunciou
	Mesa	2003-2005	Não	Renunciou
	Rodríguez Veltzé	2005-2006	Não	Completo
Brasil	Evo Morales	2006-2009	Não	Completo
	Collor de Mello	1990-1992	Sim	Renunciou
	Franco	1992-1994	Não	Completo
	Cardoso I	1995-1998	Não	Completo
	Cardoso II	1999-2002	Não	Completo
	Lula da Silva	2002-2005	Não	Completo
Lula da Silva	2006-2010	Não	Completo	

Chile	Aylwin	1990-1994	Não	Completo
	Frei	1994-2000	Não	Completo
	Lagos	2000-2006	Sim	Completo
	Bachelet	2006-2010	Não	Completo
Colômbia	Gaviria	1990-1994	Não	Completo
	Samper	1994-1998	Não	Completo
	Pastrana	1998-2002	Sim	Completo
	Uribe	2002-2010	Sim	Completo
Equador	Borja	1988-1992	Sim	Completo
	Durán Ballén	1992-1996	Sim	Completo
	Bucaran	1996-1997	Sim	Expulso
	Mahud	1998-2000	Sim	Golpe cívico-militar
	Noboa	2000-2003	Sim	Completo
	Gutiérrez	2003-2005	Sim	Expulso
	Palacio	2005-2007	Não	Completo
Correa	2007-2009	Não	Completo	
Paraguai	Rodríguez	1989-1992	Não	Completo
	Wasmosy	1993-1998	Sim	Completo
	Cubas	1998-1999	Sim	Renunciou
	González	1999-2003	Não	Desafiado
	Duarte	2003-2008	Sim	Completo
	Lugo	2008-2012	Não	Destituído
	Fujimori	1990-1995	Não	Completo
Peru	Fujimori II	1995-2000	Não	Completo
	Fujimori III	2000-2000	Sim	Renunciou
	Paniagua	2000-2001	Não	Completo
	Toledo	2001-2006	Sim	Completo
	García	2006-2011	Não	Completo
	Lacalle	1990-1995	Não	Completo
Uruguai	Sanguinetti II	1995-2000	Não	Completo
	Batlle	2000-2005	Não	Completo
	Vásquez	2005-2010	Não	Completo
Venezuela	Pérez	1989-1993	Sim	Juízo Político
	Caldera	1994-1999	Não	Completo
	Chávez I	1999-2001	Não	Completo
	Chávez II	2001-2007	Sim	Golpe, completo

Fonte: Quiral (2016, p. 340).

Tabela 2 - Presidentes na América Latina de 2012 até 2017

País	Presidente	Mandato	Resultado
Argentina	Kirchner, C.	2007-2011	Completo
	Kirchner, C.	2011-2015	Completo
	Mauricio Macri	2015-2017	Atual
Bolívia	Evo Morales	2006-2009	Completo
	Evo Morales	2009-2017	Atual
Brasil	Dilma Rousseff	2011-2016	Afastada - impeachment
	Michel Temer	2016-2017	Atual
Chile	Michelle Bachelet	2006-2010	Completo
	Sebastián Piñera	2010-2014	Completo
	Michelle Bachelet	2014-2017	Atual
Colômbia	Uribe	2002-2010	Completo
	Juan Manuel Santos	2010-2017	Atual
Equador	Correa	2007-2017	Atual
Paraguai	Lugo	2008-2012	Destituído
	Frederico Franco	2012-2013	Completo
	Horacio Fortes	2013-2017	Atual
Peru	García	2006-2011	Completo
	Ollanta Humala	2011-2016	Completo
	Pedro Pablo Kuczynski	2016-2017	Atual
Uruguai	Vásquez	2005-2010	Completo
	José Mujica	2010-2015	Completo
	Vásquez	2015-2017	Atual
Venezuela	Chávez	2007-2013	Completo
	Nicolás Maduro	2013-2017	Atual

Fonte: Pesquisa do Autor (2017)

Se observarmos as duas tabelas acima, dos 10 países avaliados com 60 mandatários eleitos, em 7 países houve a queda de seus representantes por diversos motivos.

Ainda que a tabela indique uma maior constância dos governos na América do Sul, a mesma ainda é frágil diante da capacidade dos governantes de se manterem no comando de seus países, na busca por uma estabilidade democrática.¹⁰

10 A través de um compromisso básico de respeito à linha democrática dos direitos humanos, sendo definido como uma norma básica da política interna dos países Latinos, aliado à criação do Grupo de Contadora (1983), o Consenso de Cartagena de 1984 e o Grupo de Apoio a Contadora em 1985, definiu-se a denominada “cláusula democrática”, observada a realidade latino-americana. Tal prática visa

Também se constata, no comparativo entre dados, que na última década houve menos renúncias e afastamentos do que em períodos anteriores, enfatizando o teor democrático que se ampliou, ensejador de evolução das novas Constituições que se consolidavam. Em contrapartida, aumentou o número de países que tiveram seus governantes afastados, como é o caso do Brasil e do Paraguai¹¹.

O movimento social como um todo teve ao longo dos anos apontados na tabela acima participação direta ou indireta nesses acontecimentos. O encontro em torno das demandas materiais mais específicas contribuiu para a construção de identidades coletivas mais restritas, frequentemente na luta por direitos humanos setorializados. As plataformas mais gerais de reivindicações contribuiu para a emergência de movimentos de resistência antissistêmica na América Latina. Identificam-se redes de movimentos sociais, multi-identitários e multissetoriais e transnacionais. É nesse contexto que movimentos de distintos tipos empregam lutas de resistência antissistêmica. Observamos que as redes de movimentos sociais na América Latina vêm construindo caminhos para uma política emancipatória na medida em que se apresentam abertas à diversidade de organizações sociais que se apresentam na região. O Brasil por exemplo não foge a esse contexto.

As mudanças no plano econômico, político e social no contexto dos países da América do Sul demonstraram a precariedade da economia dos assalariados, ruindo a dicotomia de “proteção social” e enaltecendo os movimentos sociais e as Organizações Não Governamentais (ONGs)¹². Na Bolívia, ocorreu a emergência dos

moldar a prática global e as relações internacionais de todos os países (QUITRAL, 2016).

11 Dilma Rousseff é afastada por decisão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (Impeachment) em 31 de agosto de 2016.

12 Um levantamento junto ao Observatório Social da América Latina (OSAL), programa vinculado ao Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais - CLACSO, a partir da análise em 18 países, indica que no mês de agosto de 2000 foram regis-

Movimentos Indígenas Bolivianos (MIBs), os quais tiveram uma ascensão a partir da última década do século XX. A origem decorre do passado infeliz de servidão e exclusão étnica dos indígenas daquela região (COSTA, 2009).¹³

A constituição de uma nova sociedade organizada no âmbito da América do Sul no período estudado representou a evolução e o amadurecimento dos movimentos sociais, constituindo-se um elo mais forte entre a população e seus governantes, pautado por lutas e reivindicações que, através de um novo cenário, se estabeleciam em nosso cotidiano por meio dos movimentos em rede, que se ampliavam na América do Sul, possibilitando uma ordem social mais democrática.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A origem da globalização tem como alicerce a complexidade, tendo a horizontalidade compartilhada com as demais sociedades do mundo. Baseada inicialmente em uma expansão capitalista, houve a disseminação também para outros ramos e setores da sociedade.

Existe relação dos movimentos sociais com o aprofundamento da democracia, observado o contexto da globalização, onde ocorrem a união de movimentos e redes transnacionais em dados momentos. Nesse contexto, em várias regiões do mundo e na América Latina em particular se identifica, ao longo do período analisado, que esses

trados 709 conflitos, sendo que em dezembro do mesmo ano chegaram a 1.286. Em janeiro/abril de 2002 chegaram a 2.425 e em dezembro de 2004 atingiram 1.887 conflitos. Tais dados demonstram forte insatisfação dos sujeitos coletivos (PETRY, 2008).

13 A incapacidade do Estado-nação boliviano de se autolegitimar e a crise do neoliberalismo proporcionaram um questionamento do modelo de democracia, tornando-se o principal embate dos questionamentos dos MIBs, os quais foram tornadas e reconhecidas como nação "indígena", por meio desta força coletiva, atrelada a uma bagagem histórica infeliz de escravidão e exclusão social. Apesar da luta, os MIBs continuam a almejar mudanças sociais, por via da inclusão social, política e cultural, baseados em uma esperança de pós-aprovação da Constituição de Estado.

movimentos sociais contribuíram para a promoção do diálogo sobre democracia dentro de seus respectivos contextos, ainda que muitos desses movimentos não tenham sido responsáveis pela efetividade dessa democracia.

A evolução dos movimentos sociais em rede pelo mundo demonstra que os atos isolados não são apenas pontuais, mas podem ter reflexos mundiais, desde que veiculados com a intenção de atingir outros vetores da sociedade, fomentando manifestações similares na mesma região ou até mesmo do outro lado mundo. Esta é a propagação da informação, permeada pela intenção de manifestar contrariedade, buscar melhorias, organizar mobilizações, mas não afastando o contato pessoal e físico como já considerado por Castells como uma forma híbrida de movimento.

Por fim, a globalização possibilitou que os movimentos sociais ampliassem a propagação de suas lutas, assim como estes se organizaram de maneira a se utilizarem das plataformas tecnológicas por meio da internet. Em conjunto com suas atividades de ocupações, passeatas e demais atividades, ampliaram a sua força.

A utilização desse novo meio de acesso às informações e de divulgação de atividades, reivindicações e fóruns de discussão possibilitou uma abrangência enorme de discussões, multiplicando ações e atores no local, no regional e no mundial, demonstrando, assim, necessidade de uma nova visão tanto no campo organizacional dos movimentos sociais.

Data de Submissão: 03/05/2017

Data de Aprovação: 24/05/2017

Processo de Avaliação: double blind peer review

Editor Geral: Fernando Joaquim Maia

Editor de Área: Jailton Macena de Araújo

Assistente de Edição: Rafaela Patrícia Inocência

Diagramação: Emmanuel Luna

REFERÊNCIAS

ARNAUD, André-Jean. (Org.). **Globalização e Direito I: impactos nacionais, regionais e transnacionais**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BRINGEL, Breno; ECHART, Enara. **Movimentos Sociais e Democracia: os dois lados das “fronteiras”**. Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 457-475, Set./Dez. 2008.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COSTA, Elizardo Scarpatti. **Movimentos Sociais Latino-Americanos: “A chamada dos movimentos campesino-indígenas bolivianos”**. Coimbra: 2009. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/12283/1/Tese%20de%20Mestrado%20versao%20final%20.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.

FALCÃO, J. Mensalão. **Diário de um Julgamento. Supremo, Mídia e Opinião Pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013

FLYNN, P. Braziland Lula, 2005: crisis, corruption and change in political perspective. **Third World Quarterly**, 26 (8), 1221-1267, 2005

GEDDES, B., RIBEIRO NETO, A., Institutional Sources of Corruption in Brazil. **Third World Quarterly**, 13 (4), 641-661, 1992.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. 5. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e Contras da Globalização**. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2001.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

JULIOS-CAMPUZANO, Alfonso de. Trad. Clovis Gorczewski. **Os Desafios da Globalização: modernidade, cidadania e direitos humanos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

LUHMAN, N. **Das Recht der Gesellschaft**. Frankfurt: Suhrkampf, 1997

MAIR, Peter. **Ruling the Void: the hollowing of Western Democracy**. London. Verso. 2013.

PETRY, Almiro. **Os movimentos sociais na América Latina**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Formação Humanística. Eixo: América Latina. 2008. Disponível em: <www.projeto.unisinos.br/humanismo/al.mov_sociais.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2016.

QUITRAL, Máximo. RIQUELME, Jorge. (Coord.) Prólogo: MEZA, Raúl Bernal. **Integración y Democracia en América Latina**. Santiago: RIL editores, 2016.

OLIVEIRA, Miguel. **Cidadania e Globalização: a política externa brasileira e as ONGs**. Brasília: Ed. Fundação Alexandre de Gusmão, 1999.

SCOTT, A. **Ideology and the New Social Movements**. London: Unwin Hyman, 1990.

SCHWARTZ, Germano; ALMEIDA, Renata; FLECK, Alexandre. How does football influence the political system and juridify social movements? Em **Onati Socio-legal Series**, v.6, n.3, pgs. 857-876, 2016. Disponível em: <<http://opo.iisj.net/index.php/osls/article/viewFile/469/913>> Acesso em 27 de Maio 2017.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de Movimentos Sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? **Cad. CRH** vol.21 no. 54 Salvador Set./Dec. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000300007>. Acesso em: 07 set. 2016.

SILVA, Maria Lúcia Carvalho da et al . Movimentos sociais e redes: reflexões a partir do pensamento de Ilse Scherer-Warren. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo , n. 109, p. 112-125, Mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282012000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 abr. 2017.

TOURAINÉ, A. The Waiting Sociological Image of Social Life. **International Journal of Comparative Sociology**, 25, 1-3: pgs. 33-44.

VANDEN, Harry E. Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST. **Revista Nera**, ano 12, N^o. 14, jan.-jun. 2009.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

WELLMAN, Barry and MILENA, Gulia. *Virtual Communities as Communities*, em Marc A. Smith and Peter Kollock (eds), *Communities in Cyberspace*. London: Routledge, 1999.

WOLKMER, Antonio Carlos. **História do Direito no Brasil**. 9. Ed. Rev. Atual. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2015.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo jurídico**: fundamentos de uma nova cultura do direito. 4. Ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2015.

Global Society and Network Social Movements: Expansion of Democracy?

José Alberto Antunes de Miranda

Moisés Noé de Fraga

Abstract: Social movements, within a globalized society, seek to promote their needs and priorities, using contemporary mechanisms to spread their democratic premises. The purpose of this article is to examine the claims of social movements in the network from the consolidation of globalization in the late 20th century and in the beginning of the 21st century, in the context of an increasingly interconnected and democratic, but fragmented world. The studies showed that social movements manifest themselves in social networks, multiplying their field of action. They also contribute to a broader democracy and use of network manifestations in the struggle for local, regional or global questions. It is possible to conclude that the networks of social movements have acquired more prominence, but there are doubts and questions about the reflexes and the importance of the actions of these movements in the promotion and expansion of democracy. The influence of globalization on social movements has condensed the current reality by means of a new platform for the expansion of activities called today's Internet, simultaneously with physical and human actions such as marches and occupations.

Keywords: Democracy, Globalization, Social Movements.